

ção fiscalizadora da atividade funcional dos Membros do Ministério Público; CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 164, §3º da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, as inspeções e correições dos serviços afetos aos Promotores de Justiça são pessoalmente realizadas pelo Corregedor-Geral, ou, por delegação expressa deste, por um dos Subcorregedores-Gerais ou por um dos Promotores de Justiça Assessores da Corregedoria-Geral; CONSIDERANDO que a Resolução n.º 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências; CONSIDERANDO o dever institucional da Corregedoria-Geral de realizar correições nas Promotorias de Justiça, em cumprimento ao Calendário de Correições Ordinárias previsto para o corrente ano, nos termos da Portaria n.º 17/2025-MP/CGMP; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 88 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público, que disciplinam a fiscalização da atividade funcional. R E S O L V E: Art. 1º DETERMINAR, nos termos dos artigos 88 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público, a realização de Correição Ordinária no cargo único de Promotor de Justiça de Afuá, no período de 28 de junho a 02 de julho de 2026; Art. 2º DESIGNAR os seguintes integrantes para compor a equipe da Corregedoria-Geral na realização do ato fiscalizatório de que trata esta Portaria, com as respectivas atribuições: I - O Promotor de Justiça Assessor deste Órgão Correcional Dr. ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE, para acompanhar o Corregedor-Geral na realização das atividades correcionais e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, no período de 28 de junho a 02 de julho de 2026; II - O servidor FABRÍCIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS, lotado na Corregedoria-Geral, para auxiliar nos trabalhos inerentes ao ato de fiscalização; III - O policial militar à disposição deste Órgão Correcional, CB PM ANGLE D'ANGELES FONSECA LIMA para garantir a segurança da equipe; Art. 3º Fixar o período de 28 de junho a 02 de julho de 2026 para o deslocamento aéreo e fluvial da equipe; Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. BELÉM-PA, 28 de maio de 2026. ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA Corregedor-Geral do Ministério Público

Protocolo: 1338123

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 0485/2026-MP/SUB-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 2164/2025-MP/PGJ, de 06/05/2025, publicada no D.O.E. de 07/05/2025, CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para acompanharem e fiscalizarem os devidos instrumentos, conforme quadro:

CONTRATO

Nº	ANO	UNIDADE	CONTRATADO	FISCAL	INÍCIO	FIM*
060	2026	DOM	TK ELEVADORES BRASIL LTDA	FISCAL TÉCNICO: Gabriel Pessoa Vilas Boas (Titular); Marcelo Antônio da Silva Martins (Suplente); FISCAL ADMINISTRATIVO: Hugo Teixeira Resende (Titular); José Alves Reis (Suplente)	15/06/2026	15/06/2031

* É possível que a data final de vigência dos instrumentos contratuais, seja alterada posteriormente a data desta portaria mediante termo aditivo. II - Caberá aos servidores designados neste ato, a obrigação de anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução dos instrumentos supramencionados, devendo sugerir diretamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça o que for necessário à manutenção da qualidade dos serviços contratados.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém/PA, 12 de junho de 2026.

NILTON GURJAO DAS CHAGAS

Subprocurador-Geral de Justiça, Técnico-Administrativa

Protocolo: 1338094

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Número do Termo Aditivo: 4º

Número do Contrato: 117/2022-MPPA

Processo: GEDOC nº 107986/2026.

Modalidade: Decorrente de Pregão Eletrônico n.º 033/2022-MPPA.

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA INSPECT INTELIGÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 27.397.273/0001-78.

Objeto do Contrato: Prestação de serviço continuados de manutenções preventivas e corretiva das 03 (três) Catracas de Controle de Acesso Telemática, instaladas no prédio da Promotoria de Justiça de Redenção, modelo PD300, leitor de código de barras e biometria OP4, com Licenças de Catracas e Administração de Portaria.

Objeto do Termo Aditivo: Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 05/08/2026 até 04/08/2027, com fundamento no artigo 57, II, da Lei 8.666/93, c/c cláusula décima terceira,

item 13.1, do contrato em questão.

Data de Assinatura: 12/06/2026.

Dotação Orçamentária: I. PROGRAMA DE TRABALHO: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; II. NATUREZA DE DESPESA: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; III. FONTE DE RECURSOS: 01.500.0000.01 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador Responsável: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1338111

CONVÊNIO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Núm. do Acordo de Cooperação: 002/2026-MPPA

Processo GEDOC nº 136044/2026

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PODER JUDICIÁRIO NOS ESTADOS DO AMAPÁ E CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NO ESTADO DO PARÁ – SICOOB COIMPPA, CNPJ/MF 84.156.470/0001-39.

Objeto do Acordo de Cooperação: estabelecer condições gerais e critérios aos Servidores, Aposentados e/ou Pensionistas vinculados ao MPPA, regido pelo Decreto Estadual n.º 2.071/2006.

Data da Assinatura: 15/06/2026.

Vigência: 15/06/2026 a 15/06/2031.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém

Ordenador responsável: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1338265

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 0403/2026-MP/SUB-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 2164/2025-MP/PGJ, de 06/05/2025, publicada no DOE em 07/05/2025. CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo único, do art. 2º, da Resolução nº 006/2019-CPJ, de 25 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado, de 08/5/2019;

CONSIDERANDO as Escalas de Plantões para os meses de abril de 2026 e maio de 2026, elaboradas pela Coordenadoria da Procuradoria de Justiça Cível, datadas de 20 de março de 2026 e 23 de abril de 2026, respectivamente, ambas publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará; CONSIDERANDO as Escalas de Plantões para os meses de abril de 2026 e maio de 2026, elaboradas pela Coordenadoria da Procuradoria de Justiça Criminal, datada de 23 de março de 2026 e 23 de abril de 2026, respectivamente, ambas publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º da PORTARIA Nº 3275/2021-MP/PGJ, de 05/10/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do Parquet escalados para o plantão institucional do segundo grau.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para realizarem em regime presencial o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 25, 26/04, 01, 02, 03, 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31/05/2026.

Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DE SERVIDORES

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL e PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

PERÍODO: 25, 26/04, 01, 02, 03, 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31/05/2026 Em observância a Resolução nº 006/2019-CPJ, de 25 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado, de 08/5/2019, Escalas de Plantões para os meses de abril e maio de 2026, elaboradas pelas Coordenadorias das Procuradorias de Justiça Cíveis e Procuradorias de Justiça Criminais, ambas publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará.

Dia 25/04/2026 (sábado)

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

Maria Stela da Paz Veras (Assessora da Procuradoria de Justiça Cível)

Eda Carolina Monteiro Leitão (Assessora da Procuradoria de Justiça Criminal)

Dia 26/04/2026 (domingo)

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

Leandro de Medeiros Gomes (Assessor da Procuradoria de Justiça Cível)

Rafael Wilson Dias Gradim (Assessor da Procuradoria de Justiça Criminal)

Dia 01/05/2026 (sexta-feira)

Dia do trabalhador - Feriado Nacional (Lei Federal nº 662/1949)

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

Josiane do Socorro Ferreira Gomes (Assessora da Procuradoria de Justiça Cível)

Jonaelson Vasconcelos Costa (Assessor da Procuradoria de Justiça Criminal)

Dia 02/05/2026 (sábado)